

**RESISTÊNCIAS, APROPRIAÇÕES E ALTERNATIVAS DE ESCOLAS AO PROGRAMA
INOVA EDUCAÇÃO¹**

**RESISTENCIAS, APROPIACIONES Y ALTERNATIVAS DE LAS ESCUELAS AL
PROGRAMA INOVA EDUCACIÓN**

**RESISTANCES, APPROPRIATIONS AND ALTERNATIVES OF SCHOOLS TO THE
INOVA EDUCATION PROGRAMME**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.54845>

Felipe Alencar²

Isaac Oliveira Moutinho Junior³

Márcia Aparecida Jacomini⁴

Resumo: À luz da perspectiva gramsciana de construção social da escola como espaço de disputa de hegemonia, o artigo apresenta análises e reflexões das experiências do Grupo Escola Pública e Democracia, que reúne comunidades de 15 escolas estaduais de São Paulo. Por meio de registros de pesquisa participante, exibe-se o processo de apropriação, resistências e criação de alternativas político-pedagógicas durante a implementação do programa Inova Educação, na rede estadual de São Paulo, entre 2018-2021. Ainda que num contexto repressivo e com certas contradições das resistências, a comunidade escolar não somente reproduz a política educacional, mas interage, atua e reflete, se houver condições de autonomia político-pedagógica e espaços de participação ativa para gestão democrática do ensino público.

Palavras-chave: Inova Educação. Gestão democrática. Grupo Escola Pública e Democracia. Participação ativa. Resistências na escola.

Resumen: A la luz de la perspectiva gramsciana de construcción social de la escuela como espacio de disputa de hegemonía, el artículo presenta análisis y reflexiones sobre las experiencias del Grupo Escuela Pública y Democracia, que reúne comunidades de 15 escuelas estatales de São Paulo. Mediante registros de investigación participante, se muestra el proceso de apropiación, resistencia y creación de alternativas político-pedagógicas durante la implementación del programa Inova Educação, en la red estatal de São Paulo, entre 2018-2021. Aunque en un contexto represivo y con ciertas contradicciones de resistencia, la comunidad escolar no solo reproduce la política educativa, sino que interactúa, actúa y reflexiona, si existen condiciones de autonomía político-pedagógica y espacios de participación activa para la gestión democrática de la educación pública.

Palabras-Clave: Inova Educação. Gestión Democrática. Grupo Escuela Pública y Democracia. Participación Activa. Resistencia en la Escuela.

Abstract: In the light of the Gramscian perspective of social construction of the school as a place for hegemony dispute, the article presents analysis and reflections on the experiences of the Public School and Democracy Group, which brings together communities from 15 state schools in São Paulo. Through records of participant research, it displays the process of appropriation, resistance and creation of political-pedagogical alternatives during the implementation of the Inova Educação programme, in the São Paulo state network, between 2018-2021. Although in a repressive context and with certain contradictions of resistance, the school community not only reproduces the educational policy, but also interacts, acts and reflects, if there are conditions of political-pedagogical autonomy and spaces of active participation for democratic management of public education.

Keywords: Inova Educação. Democratic Management. Public School and Democracy Group. Active participation. Resistance in Schools.

Introdução

Desde o golpe de 2016⁵ e preocupados com o resultado eleitoral de 2018, que elegeu o presidente do Brasil e o governador de São Paulo do período, movimentos de educação popular passaram a refletir sobre o rumo que tomava a educação pública, diante da situação reacionária com ofensiva de setores conservadores e neofascistas. Parte desta mobilização levou à criação, em 2019, do Grupo Escola Pública e Democracia (GEPUD), que reúne profissionais da educação básica e superior pública (no caso da superior também de instituições privadas) do estado de São Paulo para discutir a relação entre políticas educacionais e práticas escolares. O grupo, que reúne comunidades de 15 escolas estaduais, tem se dedicado ao estudo das propostas educativas da rede estadual paulista e à discussão de sua implementação nas escolas, orientado pelos princípios constitucionais do direito à educação, da gestão democrática da escola e da qualidade socialmente referenciada da educação pública.⁶

A rede estadual paulista tem acumulado inúmeros desafios para a escola, sobretudo desde 1995 quando se iniciaram sucessivos governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), período de gestão neoliberal que só encerrou seu ciclo em 2022. Em 2019, o ex-governador de São Paulo João Dória imprimiu uma marca de sua política educacional por meio do programa Inova Educação. O referido programa realizou uma reforma curricular para o ensino Fundamental II e o Ensino Médio, com inserção de três disciplinas, Projeto de Vida, Tecnologia e Eletivas, como parte diversificada, ampliação do horário de permanência de estudantes nas escolas para 5 horas e 15 minutos, sete aulas por dia, ajuste do tempo de aula de 50 para 45 minutos e previsão de atividades de formação para educadores (SÃO PAULO, 2019a). A partir de 2021, os componentes do programa Inova Educação passaram a compor todos os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio paulista. O Estado de São Paulo foi o primeiro ente federado a implantar a reforma do Ensino Médio, por meio do programa Inova Educação.

O programa consiste num dos resultados de parceria da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (Seduc) com o Instituto Ayrton Senna (IAS) que desenvolveu, em 2019, um protótipo aplicado em 24 escolas na capital paulistana, com a finalidade de orientar a implementação para todas as escolas da rede estadual.

Com a implantação do programa Inova Educação, a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) promove uma inflexão na política educacional e organização da rede estadual paulista com diferentes configurações nas escolas, seja por adesão ou resistência ao programa.

As ações que caracterizam o programa e imprimem uma marca de forte padronização na escola pública, cujos conteúdos são elaborados com privilégio ao setor privado, não são assimiladas de forma passiva pelo conjunto dos sujeitos da rede, a exemplo de manifestações desencadeadas pelos estudantes que ocuparam as escolas paulistas em 2015, quanto às sucessivas greves de professores (XIMENES, 2019).

Na esteira das inquietações provocadas nesse período, evidencia-se a relevância da participação como pressuposto de atuação da escola em contraposição à política educacional de cunho gerencialista e de autonomia para apropriar-se crítica e reflexivamente do conteúdo das políticas educacionais à sua realidade de acordo com os princípios estabelecidos em seu Projeto Político-Pedagógico.

Este artigo traz dados, análises e reflexões sobre a experiência do Grupo Escola Pública e Democracia, entre outubro de 2018 e dezembro de 2021, com o propósito de esboçar o conjunto de ações conduzidas com vistas à apropriação crítica e criativa do programa Inova Educação, antecessor do Novo Ensino Médio paulista.

Por meio de pesquisa participante, a memória social destas comunidades escolares é apresentada com base em anotações de caderno de campo e registros de seu acervo composto por gravações de áudio e vídeo, fotografias e documentos elaborados pelo grupo ou em conjunto com acadêmicos. De modo a aprofundar algumas análises, realizam-se cinco estudos de caso, com entrevistas a diretores e professor coordenador.⁷

O objetivo do artigo é argumentar e demonstrar que, embora sua trajetória seja atravessada por imposições advindas da Seduc, no que diz respeito ao gerencialismo e medidas de reorganização previstas na reforma do ensino médio, a comunidade escolar não somente reproduz a política educacional, mas interage, atua e reflete sobre ela, quando são criadas condições para uma organização político-pedagógica autônoma e espaços de participação ativa para efetivar a gestão democrática do ensino público, como preconizado no princípio constitucional.

Estas ações foram levadas a termo porque nosso estudo mira contribuir para pesquisas que se debruçam a analisar formas de apropriação das políticas educacionais e resistência a elas no âmbito das escolas em fase inicial de implementação. Consideramos que a perspectiva epistemológica adotada, com base no método do materialismo histórico, mais especificamente o referencial do marxismo gramsciano, pode ser um elemento que nos distingue das análises que tomam a escola somente como reprodutora de relações sociais, ou de estudos descritivos que hipervalorizam a atuação do Estado em sentido restrito (GRAMSCI, 2014).

Neste artigo, além da introdução e das considerações finais, as ideias são apresentadas em quatro partes. Na primeira, destacamos a perspectiva teórica de construção social da escola caracterizando-a como espaço de disputa de hegemonia. Na segunda, apresentamos a formação e a consolidação do Grupo Escola Pública e Democracia na relação escola-universidade. Na terceira, relatam-se as ações de apropriação e resistência do GEPUD ao programa Inova Educação com realização de seminários, assembleia e curso de formação continuada organizados pelo grupo. Na quarta, com base nos estudos de caso de cinco escolas e entrevistas a membros do GEPUD, é expressa uma dialética entre consensos e resistências por trabalhadores da educação com relação aos pressupostos político-pedagógicos do programa que informam apropriações, ressignificações da política e também contradições das resistências.

Construção social da escola

Na perspectiva de Gramsci (2018, p. 65, Q 12, § 1) da escola como parte dos diversos tipos de “instituições de elaboração colegiada da vida cultural”, a ideia de *construção social da escola* advém da compreensão de que cada instituição, mesmo imersa num movimento histórico amplo, é uma versão mediada pelo local e contexto particular em que se encontra física, social e culturalmente. A expansão do

sistema público de escolas nos países é implementada de modo diferente, cujos processos se ligam ao caráter das lutas sociais, a projetos políticos, aos modos adotados para modernização dos aparelhos de Estado propostos ao sistema educacional num quadro de conjunturas históricas específicas.

A origem e a vida de cada escola são marcadas também por diferenças regionais, pelas organizações sociais e sindicais, pelas trajetórias de professores e suas reivindicações, pela diversidade étnica e o peso relativo das igrejas e/ou religião. Dessa expressão local toma forma a correlação de forças interna, as formas de relações predominantes, as prioridades no âmbito administrativo, as condições de regulamentação trabalhista, as identificações de tradição docente, elementos que constituem a trama real em que se realiza a educação, que está em permanente construção, articulando histórias locais que podem assumir ou ignorar, mascarar ou ressignificar políticas educacionais, e, desse modo, abrem espaços para disputas de hegemonia. A construção social da escola, portanto, constitui uma trama que é preciso conhecer para integrar “o ponto de partida e conteúdo real de novas alternativas tanto pedagógicas quanto políticas”. (ROCKWELL; EZPELETA, 1989, p. 12)

Estes elementos conferem uma parte daquilo que se pode tomar como história e existência documentada da escola, mas coexiste uma *história não documentada* por meio da qual a escola toma forma material e ganha vida própria, entrecruzando-se com a presença do Estado pelas determinações e presenças da sociedade civil que ali convivem.

Desse modo, a realidade documentada passa a se decompor em múltiplas realidades cotidianas, cujos sujeitos da comunidade escolar, trabalhadores da educação, estudantes e famílias, apropriam-se dos subsídios e prescrições legais e, também, constroem a escola. Se a escola é esse entrecruzamento, a separação entre sociedade política e sociedade civil ocorre somente por uma questão de método, pois na vida concreta, há a presença de ambas na realidade cotidiana da escola. Os resultados dessa trama fazem com que a escola tome variados sentidos situados em conjunturas à nível nacional e local. (ROCKWELL; EZPELETA, 1989)

O que acontece fora dos limites dos regimentos, fora da sala de aula, fora das reuniões, fora da visita rotineira do supervisor, indica os verdadeiros assuntos em jogo, os conteúdos ocultos às prescrições e procedimentos administrativos e técnicos (ROCKWELL; EZPELETA, 1989, p. 21).

Como nem sempre é possível demarcar o que é intencionalidade governamental e sua forma de apropriação pelos sujeitos no cotidiano escolar, essas presenças se sedimentam e sobrepõem estilos que regulam a construção da escola e entram em jogo também novos programas, projetos e currículos que atuam no conteúdo da relação ensino-aprendizagem e na atuação do movimento sindical de educadores que ocupam lugar na memória coletiva.

Assim, a implementação de novas propostas, por parte do Estado, pode gerar resistência silenciosa diante de inovações que, por vezes, não são introduzidas por meio de amplo debate e consulta à comunidade.

Por isso, compreendemos a escola como espaço de disputa de hegemonia, uma concepção que permite trabalhar com uma delimitação em aberto, assumindo o objetivo de “[...] reconstruir a partir de todo tipo de coisa que sucede em, a partir de, em torno de e apesar da escola: aquilo que pode ser o

constitutivo histórico de sua realidade cotidiana”. (ROCKWELL; EZPELETA, 1989, p. 25)

Com base nesses pressupostos, realizou-se um estudo de modo transversal do processo de implantação de uma reforma sistêmica por meio de política curricular. Na definição de processos que passam a rede pública de educação, ressaltam-se seu sentido histórico, sua configuração e consequência de acordo com as transformações no tempo e no contexto específico.

Desse modo, a análise da apropriação dessa política educacional se concentra na ação recíproca entre sujeitos e os diversos âmbitos ou integrações sociais. Em diferentes instituições, a apropriação pode ocorrer sem que sujeitos acreditem ou aprovelem o programa Inova Educação, mas o encontro das diversificadas formas de apropriação revela o sentido e a força de propostas alternativas de construção da escola, sendo neste trabalho o GEPUD o *locus* de debate sobre uma alternativa de educação popular democrática.

Formação e consolidação do Grupo Escola Pública e Democracia

O GEPUD tem suas origens num projeto ocorrido em uma escola da rede estadual paulista, situada na periferia da cidade de Guarulhos, região metropolitana de São Paulo. E a relação entre pessoas, instituições e educação democrática entremeiam os primeiros passos do grupo. Intelectuais como Lisete Arelaro, referência em Paulo Freire e a necessária democratização da educação e, conseqüentemente, da gestão da escola estiveram presentes desde os primórdios do grupo.

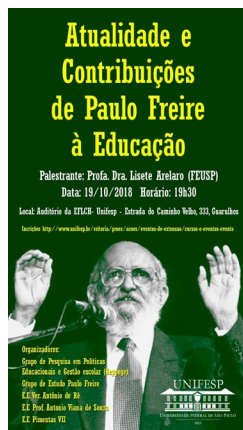
Começou com um projeto de extensão realizada por professoras do Departamento de Educação da Unifesp, denominado “Democracia na escola” ocorrido em algumas etapas, de reflexão sobre democracia e da elaboração de um contrato pedagógico por parte da escola. O conceito de democracia tomado pelo GEPUD foi construído pelo coletivo escolar como parte do referido projeto.

Democracia é uma forma de governar com base na participação direta e/ou representativa dos cidadãos nas diferentes instituições e instâncias da sociedade civil e política, onde são tomadas decisões relativas às questões públicas. A participação democrática pressupõe informações e conhecimentos dos assuntos em deliberação, de forma que os cidadãos possam apresentar posições, com o objetivo de convencer os coparticipantes, assim como apresentar disponibilidade de ser convencido. As propostas a serem deliberadas devem refletir direitos e conhecimentos historicamente construídos que contribuam para a igualdade e a justiça social. Na ausência de consenso, após amplo debate e esforço de entendimento acerca do melhor encaminhamento, as decisões serão tomadas com base na vontade da maioria (JACOMINI *et al.*, 2019, p. 206).

Parte da relação escola-universidade e a interrelação dos conhecimentos produzidos nestes âmbitos institucionais teve um novo momento a partir dos debates em torno da perspectiva político-pedagógica de Paulo Freire num contexto de assédio e clima de derrota, diante do resultado eleitoral que deu vitória a muitos parlamentares vinculados à extrema-direita, ao neofascismo, e que tinham em seus discursos “expurgar Paulo Freire”, “combater o debate acerca de sexualidade e gênero na escola” que dariam força ao clima cultural gerado pelo movimento “Escola sem partido”. Este foi o contexto de constituição de um grupo de professores da educação básica e superior que passaram a se reunir para fortalecer a perspectiva da gestão democrática e fortalecerem-se entre pares.

O ponto de partida foi o evento *Atualidade e contribuições de Paulo Freire à Educação* realizado no campus Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo em outubro de 2018 e a solicitação de profissionais da educação básica para que houvesse maior aproximação da universidade às escolas públicas.

Figura 1 – Cartaz do evento *Atualidade e contribuições de Paulo Freire à Educação* na Unifesp, outubro/2018.



Fonte: Acervo do GEPUD.

Figura 2 – Palestra de Lisete Arelaro no evento *Atualidade e contribuições de Paulo Freire à Educação* na Unifesp, outubro/2018.



Fonte: Acervo do GEPUD.

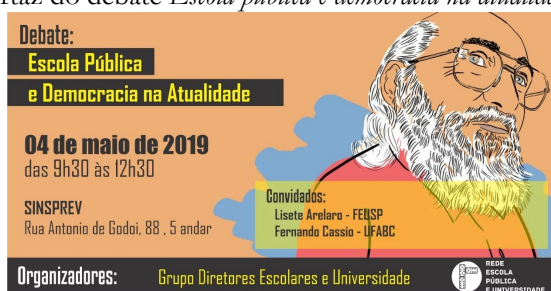
Figura 3 – Auditório da Unifesp repleto de pessoas no evento *Atualidade e contribuições de Paulo Freire à Educação*, outubro/2018.



Fonte: Acervo do GEPUD.

O evento *Escola Pública e Democracia na Atualidade*, realizado em maio de 2019, proporcionou importantes reflexões sobre as políticas paulistas de gestão escolar, como o Método de Melhoria de Resultados (MMR), e estimulou a elaboração de formas de atuação nas escolas por parte dos diretores que participavam do grupo.

Figura 4 – Cartaz do debate *Escola pública e democracia na atualidade*, maio/2019.



Fonte: Acervo do GEPUD.

Figura 5 – Lisete Arelaro no debate *Escola pública e democracia na atualidade*, maio/2019.



Fonte: Acervo do GEPUD.

A partir desses dois eventos, decorreram reuniões mensais do grupo para debater, acolher demandas, ansiedades e preocupações de seus participantes e prosseguir na atuação conjunta entre escola e universidade. Junto aos encontros pontuais para debater sobre democracia na escola, às atividades e campanhas sindicais que constituíam o âmbito de atuação desses educadores, o grupo transformou-se num espaço de encontro, debate, reflexão e ação sobre a prática educativa, na perspectiva das escolas democráticas.

O caráter formativo teórico também pautou o GEPUD. À medida que a realidade vivenciada no âmbito das escolas era cotejada com reflexões e discussões teóricas amparadas nas obras⁸ de Ellen Wood, Tzvetan Todorov, Vitor Paro, Paulo Freire, entre outros, a identidade que constituía o grupo foi se definindo e somente em agosto de 2019 foi definido o nome Grupo Escola Pública e Democracia, com a respectiva sigla GEPUD. Também neste encontro foram debatidos os objetivos do que viria a se constituir no projeto de extensão com participação das comunidades de 11 escolas que firmaram termo de compromisso e depois se somaram mais comunidades que totalizaram 15 escolas participantes de cinco cidades de São Paulo.

Tabela 1 – Escolas participantes do GEPUD e respectivas cidades, 2018-2021

Ano	Total de escolas	Cidades
2018	03	Guarulhos
2019	11	Embu das Artes, Guarulhos, Itapeverica da Serra, São Paulo, Taboão da Serra
2020	15	
2021		

Fonte: elaboração própria (ALENCAR; PERRELLA, 2022).

A formação e a consolidação do GEPUD tiveram como desdobramento a realização de uma série de seminários para debater o Programa Inova Educação e construir propostas alternativas de implementação. Estes eventos consistiram em ambientes de nutrição para que fossem dados mais alguns passos na perspectiva político-pedagógica, em que vivências e estudos convergiam para que a construção de escolas democráticas se efetivasse por meio de relações democráticas entre sujeitos; contudo, já estava constatado que a política oficial do governo estadual trazia em seu próprio âmago uma política de gestão não democrática de escola.

Apropriações do Programa Inova Educação e resistências

Foi no encontro de junho de 2019, após o debate realizado em maio *Escola pública e democracia na atualidade*, que o grupo percebeu a escola que não desejava e a necessidade de partir para uma pauta propositiva, apontando os caminhos para a escola que queria construir.

A esse respeito, discutiu-se a necessidade de elaboração de um processo de escuta, bem como a construção de uma resistência propositiva às políticas da Seduc. Para atingir esse objetivo, concluiu-se que seria necessário sistematizar os debates realizados e oficializar o grupo na forma de um projeto de extensão, estreitando vínculos entre escolas e universidade.

Em agosto de 2019, os rumos sobre a apropriação e as resistências foram definidos. Com o nome do grupo decidido, *Grupo Escola Pública e Democracia – GEPUD*, seu perfil também afirmava um compromisso entre novos participantes, diretores e professores de escolas e universidades, que pautavam a preocupação de que suas próximas atividades dialogassem mais amplamente com a comunidade escolar; o que teve, por consequência, a denominação do projeto de extensão *Construindo propostas educacionais: reflexões e práticas* e a organização do seminário ocorrido em setembro daquele ano, cujo tema foi *Escola autônoma e democrática: isso INOVA*, com a adaptação do nome do programa governamental explicitava-se a perspectiva do grupo face a ele, portanto, expunha-se uma apropriação crítica ao Inova Educação.

A política é colocada em ação em contextos materiais, com variados recursos e relacionadas a determinados problemas. No caso em questão, o Inova Educação era implantado pelo governo pautando-se pelo que considerava experiência exitosa das escolas do Programa Ensino Integral (PEI), para executar no conjunto da rede o “modelo pedagógico” que alterava tempos e conteúdos da escola. Como discutido por Girotto e Cássio (2018), as escolas PEI tornaram-se modelo de “ilhas de excelência”, com poucos

estudantes, localizadas em bairros com condições diferenciadas e equipes de educadores com incremento salarial, ao mesmo tempo que essas escolas estão sob controle intensificado do trabalho pedagógico.

Do ponto de vista da Seduc, o estabelecimento dessas medidas poderia ser generalizado, sem que necessariamente fossem previstos recursos financeiros. Desmaterializa-se, assim, o contexto da formulação da política e ela passa a ser executada considerando de forma idealizada a arquitetura escolar, os professores, os alunos e os recursos.

Pela perspectiva dos educadores do GEPUD, a implantação de tantas modificações em curto período estava distante de lograr êxito. E foi o que se confirmou.

A implantação inicial do Inova Educação foi marcada pela precariedade. A disposição das aulas de disciplinas previstas no programa resultou em escolas ficarem sem aulas do programa atribuídas a professores efetivos e ligados aos projetos político-pedagógicos das escolas, restando, então, que professores de contratação temporária, muitos sem formação em licenciatura, assumissem tais disciplinas.⁹

Vários destes professores sem terem realizado o curso exigido para atuar no programa Inova Educação também foram encarregados de ministrar aulas. Ainda assim, muitas escolas não tiveram todas as aulas do programa atribuídas. Havia insatisfação de professores coordenadores com a sobrecarga de tarefas relacionadas ao acompanhamento das Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) específicos do programa e os materiais fornecidos pela Seduc para subsidiá-los que chegavam com atraso. Os diretores consideravam impossível acompanhar todas as atividades de planejamento exigidas no âmbito do programa.

O conflito de fundo estava relacionado à sobreposição de distintos programas e projetos que compõem a política educacional da Seduc que, embora sejam anunciados como medidas para organizar o trabalho administrativo, produzem efeito contrário, onerando diretores e equipes de gestão, distanciando-os de ações com o conjunto dos sujeitos da escola.

Além da própria precariedade relacionada a professores não efetivos assumirem as aulas do Inova Educação, o contexto das escolas exposto pelos diretores é de insuficiência material e de profissionais nos distintos ambientes das unidades escolares.

Autonomia e democracia como inovação: primeiro debate

Realizado em setembro de 2019, numa escola estadual da zona oeste da capital paulistana que teve muita visibilidade nas ocupações de escolas em 2015, o seminário *Escola pública e democrática: isso INOVA*, contou com 180 participantes, dentre eles, professores da educação básica e superior, estudantes e diretores.

Figura 6 – Cartaz do 1º seminário do GEPUD *Escola pública e democrática: isso INOVA*, setembro/2019¹⁰

Fonte: Acervo do GEPUD.

O evento foi organizado na reunião de agosto de 2019 com uma divisão de tarefas voluntariamente entre as escolas, organização de ônibus vindos das cidades da região metropolitana de São Paulo, responsabilidades pelo lanche, equipamentos de som e infraestrutura do espaço. O elemento diferencial consistiu, sobretudo, na mobilização no cotidiano das escolas para debater e refletir sobre os rumos que tomaria a educação paulista, como explicitou o professor coordenador da escola que sediou o seminário:

Esse seminário veio num momento muito importante e assertivo [...] construí-lo veio num momento que a gente estava discutindo o Inova [Educação] na escola e a gente aproveitou a demanda que a Seduc nos colocou e discuti com professores, de conversar com alunos [...] e a gente aproveitou para fazer essa escuta de uma forma crítica e construir o seminário a partir dessa escuta. [...] A gente levou para os ATPC as discussões impostas pela secretaria, mas também inseriu alguns elementos mais críticos em relação ao que são as eletivas, o projeto de vida, toda a questão que envolve o Inova [Educação] (Paulo, professor coordenador, EE Girassol, entrevista de 21 de setembro de 2019. Acervo do GEPUD).

O seminário foi concebido com o objetivo de formular coletivamente propostas para um documento que expressasse as concepções do GEPUD acerca do Programa Inova Educação e construir alternativas à sua implementação, cujo método pressupõe diálogo com as concepções de educação pública e democrática e projetos político-pedagógicos das escolas participantes do grupo. Ainda que fosse um momento no qual as informações sobre o programa ainda circulavam de modo preliminar na rede pública paulista, seus conteúdos e forma de implantação incitavam algumas conclusões por parte do GEPUD:

Consideramos que a concepção de educação e de formação das novas gerações que sustenta a proposta da Seduc coaduna com uma visão utilitarista de educação, que busca imprimir uma escolarização a serviço dos preceitos neoliberais de formação de uma nova classe trabalhadora flexível, individualista, competitiva e que acredita que o sucesso nos diferentes âmbitos da vida, mas especialmente no profissional, depende do esforço e mérito individuais, sendo fundamental para isso o desenvolvimento das chamadas habilidades socioemocionais que, na perspectiva apresentada pela Seduc, consiste em reforçar o mérito em detrimento de uma compreensão das desigualdades sociais, das injustiças, da opressão, da discriminação e da miséria que circundam o cotidiano de alunos e alunas que frequentam as escolas estaduais (GEPUD, 2019a, p. 2-3).

Este posicionamento advém de educadores preocupados com o futuro da educação pública e com os sujeitos formados pelos preceitos do programa, mais uma vez motivados pelo contexto de vida das comunidades com as quais as escolas se relacionam.

O acervo do GEPUD contém gravações de falas de participantes que levaram para o plenário resumos das discussões feitas em pequenos grupos nas salas de aula da escola. Numa das entrevistas, uma estudante de ensino médio da EE Rosa, da cidade de Taboão da Serra, expõe sua opinião do debate sobre as finalidades de uma formação para e pelo trabalho e possibilidades de reflexão da disciplina Projeto de vida.

Eu tenho como minha opinião e como a gente formou no grupo de que “para o trabalho” seria o que o governo está implantando sobre a gente. O governo vê a gente como a grande maioria, mas que trabalha para uma minoria. “Para o trabalho” seria o que o governo vê para a gente. Já “pelo trabalho” seria a gente correr atrás dos nossos objetivos, correr atrás dos nossos sonhos e seguir o que a gente quer, o que a gente realmente sempre sonhou.

[...] A gente chegou à conclusão que tem que haver uma junção de todas as pessoas envolvidas. Tipo, pegar a realidade dos alunos e fazer com que eles se sintam incluídos dentro do tema que a gente ia tentar incluir no projeto de vida dos alunos para eles terem conhecimentos melhor do que eles vão querer ser quando crescer e como funciona essa área, não ficar somente pelo estereótipo do que é aquela profissão.

De que é daquele jeito e vai ter que ser daquele jeito, é quebrar os padrões e a forma de como a gente é (estudantes de ensino médio, EE Rosa, entrevista de 21 de setembro de 2019. Acervo do GEPUD).

Percebe-se que há certa apropriação do programa e uma proposta alternativa na sua formulação que foi possibilitada pelo próprio Inova Educação prever elementos referentes ao preparo para o trabalho e seu atrelamento às escolhas dos jovens, ainda que seja numa perspectiva individualista e meritocrática. Ocorre que a resistência e a proposição também foram possíveis pela existência de espaço de diálogo entre educandos e educadores nos quais se sentiam com segurança para refletir e opinar sobre a política educacional com vistas a “quebrar os padrões” que o modo de produção capitalista leva os sujeitos a agir e pensar.

Os depoimentos das estudantes confirmam a importância de previsão de espaços de participação política ativa na escola pública, de modo a propiciar a compreensão do sentido ontológico do trabalho, como produtor de valores de uso, imperativo à satisfação das necessidades básicas como seres da natureza, ao passo que o humano também se distingue dela; do trabalho como princípio educativo formador do caráter do novo humano para uma sociedade sem exploração; e do trabalho como condição necessária para outras atividades, como arte, lazer etc. que se inscrevem na esfera da liberdade humana (FRIGOTTO, 2015).

Após o debate em pequenos grupos, o seminário teve um momento no qual foram apresentadas ao conjunto de participantes as sínteses das discussões e as propostas que delas decorreram.

Figura 7 – Plenária das comunidades das escolas do GEPUD, setembro/2019



Fonte: Acervo do GEPUD.

A plenária também foi mais um espaço para que as comunidades das escolas expusessem posicionamentos. Abaixo é destacada a fala de uma professora de Taboão da Serra que trouxe elementos críticos dos limites do programa Inova Educação, fazendo menção à pressa com que o governo modificou o currículo, com a repetida indicação que devem ser utilizados materiais de sucata e reciclagem para incrementar aulas e ambientes escolares e a desconfiança com as finalidades de sucessivos procedimentos de avaliação de cunho gerencialista serem aplicados na educação.

Então, é assim: eu vou fazer um material com o jovem e a primeira coisa que faltou foi conversar com a molecada. [...] O Inova [Educação] para eles vai ser o quê? A proposta é o que para a gente? É renovar, não é inovar. Porque isso a gente já faz. Quantas caixas de leitura a gente faz na escola, quantos carrinhos, quantas geladeiras. [...] Ocupar esses espaços de sociabilidade da juventude e trazer para a escola, que é o que faltou. Então esse currículo paulista que acabou de ser aprovado, impresso com o meu dinheiro com o de vocês estão falando que aquilo somos nós. Para quem? O curso deixou muito claro que todas essas imposições que são feitas das AAP [...] na verdade está servindo como instrumento de manipulação e de perseguição do profissional (Elza, professora da EE Rosa, no plenário do seminário de 21 de setembro de 2019. Acervo do GEPUD).

Segundo essa professora, a implementação de um programa cujo lema é inovar já é limitado, pois os esforços cotidianos por parte de educadores trazem inovações diante da realidade, em escolas que tenham autonomia no planejamento e que resistem à padronização com que é tratada a educação, indica que renovar representa trazer os espaços de ocupação nas periferias do estado nas quais se produz cultura pelo olhar dos subalternos é a alternativa que levará programas educacionais a uma legítima transformação, coerente com o substrato do trabalho pedagógico: o ser humano.

Com estas considerações, foi tomando forma a compreensão geral do GEPUD sobre o Inova Educação, para pensar propostas alternativas ao programa e antecipar-se ao governo para fazer reivindicações. No que diz respeito ao *modus operandi*, foi acordado que as escolas não fizessem o “varal dos sonhos” denominado pela Seduc como o momento de coleta de interesses para planejamento didático de conteúdos atrelados limitadamente aos desejos dos alunos, mas que fossem realizados espaços de consulta coletiva à comunidade.

Autonomia e democracia como inovação: segundo debate

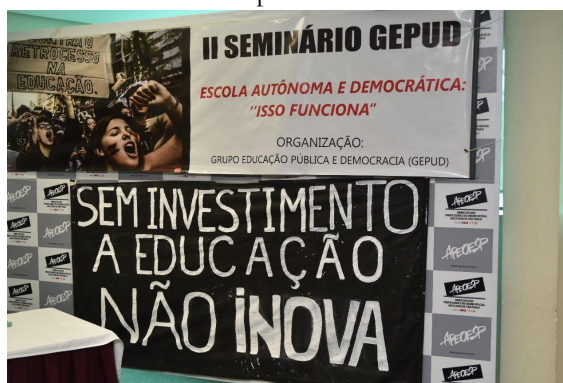
O segundo seminário *Escola pública e democrática: isso INOVA*, realizado em novembro de 2019, consistiu-se num espaço de exposição de concepções político-pedagógicas sustentadas pelos sujeitos das escolas com base em sua formação e práxis.

Figura 8 – Cartaz do 2º seminário do GEPUD *Escola pública e democrática: isso INOVA*, novembro/2019.



Fonte: Acervo do GEPUD.

Figura 9 – Algumas faixas elaboradas pelas comunidades das escolas do GEPUD.



Fonte: Acervo do GEPUD.

A faixa “Sem investimento a educação não inova” trazida por estudantes da escola Íris e fixada abaixo da faixa do seminário refletia o movimento de organização realizado pelas escolas para este segundo seminário que, com caráter de assembleia, tinha como objetivo aprovar um conjunto de propostas de atuação político-pedagógica nas escolas participantes do GEPUD com temáticas alternativas às da Seduc para disciplinas do Inova Educação.

Regidos pelo eixo da participação democrática, diretores e professores coordenadores do GEPUD propuseram que os estudantes socializassem a visão adotada na escola em torno de debates de relevância social: exigência de mais recursos para a educação, respeito mútuo entre os sujeitos na escola, educação inclusiva sem preconceitos e, como consequência, novas abordagens para ministrar aula. O “despertar do interesse” do aluno como parte do modelo pedagógico do programa Inova Educação foi ponto de reflexão trazido por um estudante de 9º ano da escola Íris que deu tom distinto da Seduc.

Eu vejo muitos alunos que não têm interesse na sala de aula e eu acho que uma das formas de trazer esse interesse é dando mais voz aos alunos, à forma de debate como interesse. Porque se o aluno não tiver direito à voz e só tiver que copiar e escutar, ele não vai se interessar. Eu acho que isso de dividir ideias, de debater sobre temas na sala de aula ajuda a aproximar alunos e professores e faz também ele pensar sobre o tema de aula. E isso também pode ajudar a conscientizar, porque a maioria dos seres humanos passa pela escola. Então se a gente conscientizar sobre homofobia, sobre machismo, sobre racismo dentro da sala de aula a gente pode levar isso para a nossa vida e formar grandes adultos (estudante de 9º ano da EE Íris no plenário do seminário de 09 de novembro de 2019. Acervo do GEPUD).

Esse jovem estudante que terminava o ensino fundamental propôs o debate como elemento fundamental para a apreensão de conhecimentos a serem trabalhados na aula e para além dela, conectando a participação na escola com projeto de homem sempre em relação com problemas da sociedade, neste caso ele evidenciou a constante violência sexual e de gênero que deve ser debatida na aula para construir outro futuro.

O debate coletivo propiciou que o estudante demonstrasse, em sua fala, o que Gramsci formulou como escola unitária que articule teoria e prática, fundamentada nas ciências e na filosofia da práxis, que possua “uma linha consciente de conduta moral” e contribua “para manter ou modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar” (GRAMSCI, 2018, p. 91, Q 12, § 3). Nas palavras de Chiara Meta (2019, p. 141), partir da compreensão da personalidade “molecular” para o problema político da “constituição da subjetividade no processo, individual e coletivo, de compreensão crítica de si mesmo e aquisição de autoconsciência progressiva”. E, assim, ter uma agência educativa complexa que, com a mediação de múltiplas estruturas sociais, promova uma “reforma orgânica apta a interpretar profundamente aquilo de que precisa uma sociedade fundada na democracia, ou seja, o alargamento da função da intelectualidade” (META, 2017, p. 247).

As comunidades escolares buscaram diferenciar-se da proposta da Seduc ao elaborarem o currículo não como uma cartilha ou material hiperestruturado ou focado em competências. Sua oposição à perspectiva de currículo padronizado consistia alternativamente no currículo como instrumento de democratização cuja previsão das finalidades educativas é atrelada ao conhecimento que intermedeia a relação das comunidades com as escolas.

A abordagem participativa de professores como intelectuais que trabalham com planejamento e replanejamento didático compõe o preâmbulo da proposta, considerando que a autonomia das comunidades das escolas para definir sobre os rumos do processo educativo é condição para a atuação democrática.

As experiências verticalizadas tanto das iniciativas de treinamento para o Inova Educação quanto de outras que as escolas tinham em relação ao governo embasaram a sua busca pelo avesso do que era realizado até então.

Por seu turno, as propostas do GEPUD para o Inova Educação além de contemplarem os temas da diversidade racial, sexual e de gênero, debatidos e expostos pelas comunidades nos dois seminários, procuram abordá-los de modo relacionado à produção humano-histórica de intervenção na, com e pela natureza. Os conteúdos também foram pautados com a finalidade de debater o preparo para o trabalho,

para o ingresso na universidade e o incentivo à pesquisa científica com o atravessamento das desigualdades nas classes subalternas.

Figura 10 – Plenário do 2º Seminário *Escola autônoma e democrática: isso INOVA*, novembro/2019.



Fonte: Acervo do GEPUD.

Educar o educador: o curso Construindo proposta curricular para o Inova Educação

O curso de extensão *Construindo proposta curricular para o Inova Educação* foi sonhado pelos integrantes do GEPUD, docentes da educação básica e superior, como uma experiência educacional de qualidade para trabalhadores da educação estadual paulista que levasse à reflexão das propostas realizadas na reforma curricular circunscrita no Inova Educação e corroborasse para a construção de uma alternativa político-pedagógica para o trabalho escolar.

As condições de realização do curso eram de refluxo pelos atravessamentos da força do contexto: o mundo passava pela pandemia de covid-19, muitas atividades ocorriam com distanciamento físico e preocupações com relação às vidas; a Seduc encaminhava a política da reforma do ensino médio e a ampliação do Programa Ensino Integral contatando as direções escolares para aceitarem o programa.

Por isso que nesta apresentação do curso agregamos o termo comumente utilizado nas traduções gramscianas de “educar o educador”, pois o curso do GEPUD, ao buscar desenvolver uma articulação da formação inicial à formação continuada de professores da rede paulista, de algum modo também pretendia levar ao aprendizado da resistência diante de mudanças rápidas, demandadas pela Seduc sem consultas às comunidades, pelas quais passava a escola pública naquele período.

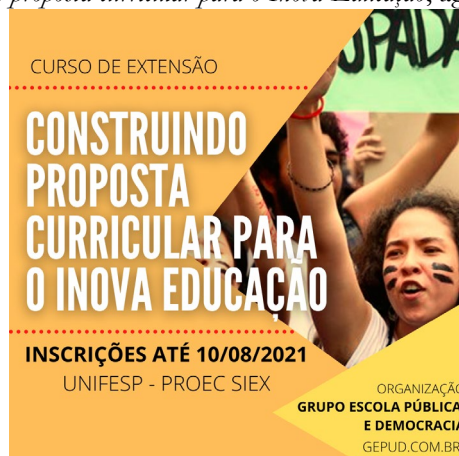
Tenho a impressão de que as gerações mais velhas renunciaram a educar as gerações jovens e estas cometem o mesmo erro; o fracasso gritante das velhas gerações se reproduz tal e qual na geração que agora parece dominar. Pense um pouco no que escrevi e reflita se não é necessário educar os educadores! (GRAMSCI, 2005, p. 440. Carta ao irmão Carlo, de 25 de agosto de 1930).

Com o ímpeto de promover aprendizado mútuo intergeracional, o curso teve como método a abordagem sócio-histórica da escola de educação básica brasileira, tendo como objeto contemporâneo de reflexão sobre as mudanças na política educacional paulista promovidas pelo programa Inova Educação, visando aos educadores participantes a construção de propostas para as disciplinas do programa, Projeto de vida, Eletivas e Tecnologias, do ponto de vista da educação integral popular e democrática, perspectiva trabalhada pelo GEPUD nos seus seminários de 2019 e reuniões mensais. A justificativa apresentada pelas proponentes do curso é explícita com relação aos seus propósitos:

[...] contribuir com os/as professores/as na elaboração de seus planejamentos e planos de aula de forma crítica e criativa, numa perspectiva diversa das propostas verticais dos cadernos do professor da Secretaria de Educação (Seduc). [...] Partindo da concepção de que o/a docente é um intelectual que, juntamente com os estudantes, articula o conhecimento da realidade escolar e o aporte da ciência para construir um processo educativo significativo e participativo, essas propostas serão discutidas com os/as docentes participantes do curso, aprimorando-as (CURSO “CONSTRUINDO PROPOSTA CURRICULAR PARA O INOVA EDUCAÇÃO”, 2021, s.p.).

O curso teve principal meio de contato as direções das escolas participantes do GEPUD que repercutiram a iniciativa nas suas comunidades de professores e também pelas professoras da universidade que formaram equipe de coordenação do curso, a equipe de trabalho contou com ampla participação de diretores e professores da rede estadual paulista, membros do GEPUD.¹¹ O curso obteve, assim, apoio institucional das escolas participantes do GEPUD e da Unifesp, que sediou a formação no âmbito do Departamento de Educação como atividade de Extensão. Embora houvesse este apoio institucional, o curso não contou com financiamento por parte da universidade, sua realização se deu de modo voluntário pela equipe organizadora.

Figura 11 – Cartaz do curso de extensão do GEPUD
Construindo proposta curricular para o Inova Educação, agosto/2021.



Fonte: Acervo do GEPUD.

A respeito das comunidades participantes, inscreveram-se 95 docentes da rede pública estadual de ensino, a maioria vinculados às escolas componentes do GEPUD; como convidados para ministrarem o curso somaram-se onze pesquisadores: César Augusto Minto, da USP; Érico Sant’Anna Perrella e Clarisse Reche Nunes da Costa, da Universidade Estadual de Campinas, (Unicamp); Itamar Assumpção,¹² membro do GEPUD e diretor escolar da rede estadual paulista; Alexandre Barbosa Pereira, Marian Dias e Mariângela Graciano, da Unifesp; Cirena Calixto e Najara Costa, da Faculdade Zumbi dos Palmares; Danilo Forlini, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP); e Douglas Alves, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Estes participantes encontraram-se por meio de plataforma digital, pois ainda estávamos em período de distanciamento físico em função da pandemia de covid-19.

As atividades do curso contaram com sete encontros quinzenais em meio digital, durante o período compreendido entre 14 de agosto a 13 de novembro de 2021. Os dois primeiros dias de curso foram dedicados a uma análise em perspectiva histórica da educação brasileira, pelo professor César Minto, e do

programa Inova Educação, pela professora da Unifesp e membro do GEPUD Débora Goulart. Do terceiro ao sexto, os encontros foram organizados sob formato de oficinas nas quais professores cursistas desenvolveram atividades relacionadas às temáticas das disciplinas Projeto de vida, Eletivas e Tecnologias que foram organizadas pelos seminários do GEPUD em 2019; nesta etapa do curso, as oficinas foram ofertadas concomitantemente, cursadas de acordo com a opção dos participantes. O último encontro do curso foi voltado ao encerramento e à avaliação. Cada atividade/oficina teve duração de três horas, o curso totalizou carga horária de 40 horas.

Tais atividades visaram contemplar os objetivos dos eixos e disciplinas debatidas e aprovadas pelo GEPUD em seus seminários, por isso em todas as oficinas havia previsão de momentos de debate e questionamento sobre as propostas da Seduc, a forma de resistência e alternativas nutridas pelo planejamento pedagógico com autonomia no âmbito da unidade escolar. Um dos principais desafios de discussão consistiu em integrar os conhecimentos que se desenvolvem de forma isolada do ponto de vista acadêmico, configurando-se como pressuposto para a apreensão do objeto estudado, disciplinas do Inova Educação, e, ao mesmo tempo, reconhecer a pressão advinda dos materiais hiperestruturados do programa oferecidos já prontos de modo centralizado pela Seduc, cujo cerne abordavam empreendedorismo e conteúdo neoliberal.

Afirmando sua contraposição ao gerencialismo e aos pressupostos de privatização do conteúdo da escola, o curso teve como objetivos e expectativas de resultado os seguintes pontos: analisar criticamente o programa Inova Educação implantado na rede paulista de ensino; construir propostas dos componentes projeto de vida, eletivas e tecnologia com base nos pressupostos da gestão democrática da escola e do trabalho pedagógico e da oferta de uma educação de qualidade, visando à formação integral dos estudantes.

Os objetivos do curso foram atingidos, na medida em que esteve bastante presente nos debates fomentados nas oficinas, críticas ao programa Inova Educação, em específico, e à política educacional paulista, de modo global, por serem entraves à proposição de uma educação verdadeiramente integral emancipadora pautada na participação ativa das comunidades na definição de rumos do projeto pedagógico das escolas.

Essa experiência mostrou de forma concreta o problema que as permanentes trocas de professores nas escolas acarretam para o desenvolvimento de um projeto educativo construído pela escola. Alguns diretores do GEPUD que tiveram participação de toda sua equipe de professores no curso afirmaram que aqueles que demonstraram em seu ofício projetos educativos afinados com o curso eram professores temporários de contratação precária, sendo muito incerta sua continuidade na escola no ano seguinte, 2022, por causa do processo de atribuição de aulas para atuação na rede estadual paulista que favorece professores com pontuação mais alta pelo tempo de serviço para escolha de escolas.

A situação dos anos 2000 vividos até então, entremeadas por severas mudanças marcadas pela crise do mundo do trabalho tiveram sua extensão na produção de redefinições das políticas educacionais. A análise da experiência do GEPUD no período de 2019 a 2021 contribuiu para compreensão das mudanças sociais e das mudanças educacionais num processo global de mudanças.

Embora não seja objeto de análise deste artigo cabe informar que em 2021, o grupo teve um projeto

de pesquisa aprovado pela Fapesp no Programa Ensino Público para estudar por meio de pesquisa-ação o Novo Ensino Médio paulista, a BNCC e O programa Inova Educação como parte de uma ampla (contra)reforma nesta rede de ensino.

Consensos e resistências

Como relatamos anteriormente, as comunidades do GEPUD debateram meios de se apropriar crítica e criativamente e dar outro significado às propostas do Inova Educação, de modo a garantir a apropriação de conhecimentos científicos e humanísticos na formação escolar e a participação ativa na decisão dos rumos do processo educativo.

Diante da insuficiência dos cursos promovidos pela Seduc, já que estes induziam o conformismo com o PEI, educadores criaram uma rede de contato com professoras da universidade pública com a confiança que poderiam reunir-se em ações formativas continuadas, em que poderiam elaborar a respeito de propostas educativas numa perspectiva crítica em termos políticos, sociais e pedagógicos.

Destaca-se o papel do GEPUD como espaço formativo que preparou a atuação das equipes de educadores das escolas para lidar com a política educacional, já que se previam continuidades, pelo fato da reeleição do PSDB em 2018, mesmo partido encabeçando o governo do Estado desde 1995. As iniciativas do GEPUD contribuíram para o debate no interior das escolas, ao cotejarem o programa e promoverem formas de consulta à comunidade. O grupo se constituiu como uma mediação que reuniu coletivos de educadores para acolher e propor ações com estímulo à independência e autonomia de ensinar.

Então, quando veio o Inova nós recebemos dessa maneira, falei assim: “Vai ser um espaço que nós vamos poder nos organizar pra fazer essas questões que a gente faz”, e logo veio a oportunidade de entrar no GEPUD também, de participar do GEPUD, e o pessoal aqui foi muito... Aceitou muito bem essa situação, né? (Nara, Diretora da EE Rosa).

Apresentamos ali a proposta conjunta com as outras escolas, teve uma dinâmica ali, também, de montar os grupos e depois apresentar no plenário. [...] Foram sistematizadas novamente as propostas, aí fizemos um segundo encontro, aí nesse segundo encontro o mesmo exercício, levamos de volta pra escola, encontro com professor, com aluno, direção de escola, sistematização de proposta, e mandamos lá de volta pra segunda plenária do GEPUD, então foi esse movimento que aconteceu ao longo de 2019, teve mais ou menos esse caminho trilhado pela nossa escola (Itamar, Diretor da EE Íris).

O GEPUD é um espaço de alento. Eu não vejo de outra forma, gente vê que cada um, da sua forma, tá lutando também, e tá propondo coisas. O que eu gosto muito do GEPUD é que não é só resistir, é propor (Geraldo, Professor coordenador da EE Dália).

A gente até conversou sobre isso [relação do Inova Educação com o Programa de Ensino Integral da Seduc] no GEPUD, logo no começo, eu acho que até teve uma fala do [Eduardo] Giroto, não é? [...] e ele falou que a ideia era que as PEIs fossem acabando porque eles queriam colocar tudo que já tinha na PEI nas escolas regulares, e o Inova era uma tentativa disso (Clarice, Diretora da EE Anis).

As aulas configuram-se como meio de materialização das apropriações, adaptações, consensos e resistências. Dentre as formas tomadas, assume-se a expressão de uma perspectiva crítica, que corresponde à defesa da manutenção dos conhecimentos mobilizados em relação aos campos disciplinares ensinados na escola, em contraponto aos temas extravagantes, propostos na reforma do ensino médio, que promovem uma mutilação do currículo. Pelos relatos das entrevistas, também houve professores que prepararam aulas

de conteúdos diretamente vinculados ao cerne dos pressupostos político-pedagógicos do Inova Educação, como empreendedorismo. Mas, ainda assim, diretores membros do GEPUD dialogaram com a comunidade de professores acerca dos elementos contraditórios e nocivos deste tipo de tema exógeno ao ambiente educacional.

Assim, as diferenças foram postas na discussão coletiva, tanto é que tinha disciplina que nós não concordávamos, como Empreendedorismo, mas foi posto isso de forma coletiva e garantida ali a opinião dos professores, dos alunos, né? Então, assim, por mais absurda que fosse, a proposta foi ali pro crivo das discussões, né? E levadas e feitos os apontamentos (Itamar, Diretor da EE Íris).

Só teve dois professores que fizeram a proposta de empreendedorismo. [...] No ano passado [2020] teve muitos professores que pegaram projeto de Arte, música, meio ambiente... (Adriana, Diretora da EE Tulipa).

A primeira Eletiva que eu fiz ano passado [...] foi sobre movimentos de resistência juvenis, e aí a gente começa falando de ocupação de escola, mas também passa pela Malala, o quê que a Malala vivenciou, passa pela Greta [Thunberg], então a gente começa a olhar uma série de ações que os jovens têm feito nesse sentido de dar subsídio para os alunos assumirem o próprio... Tanto que a Seduc fala de assumir o protagonismo da vida deles, então eu comecei a usar como espaço pra aprofundar alguns temas que eu gostaria e de me dedicar também enquanto profissional, sabe? (Geraldo, Professor coordenador da EE Dália).

Eu tenho o professor de Matemática, que é meu coordenador, falou assim: “Vou dar empreendedorismo”, falei: “Não vem com isso não”, [...] “Gente, nós somos servidores públicos, nós somos estatutários, nós... Com 30 anos de magistério nós não sabemos fazer outra coisa. Como é que nós vamos falar pro menino ser empreendedor sendo que nós escolhemos... [risos]. Nossa, eu sou especialista em ser empreendedora, o quê que você tem? Fora a questão do neoliberalismo. E aí nós fomos pensar, nós temos que pensar diferente, não significa, eu acho, assim, que a gente consiga ser melhor que todo mundo ou que todos professores conseguem entender o processo, porque a gente sabe que quando tem a aula ali cada um tem seu jeito (Nara, Diretora da EE Rosa).

a gente teve várias Eletivas bem bacanas, os professores acabaram ficando empolgados, porque a gente teve um professor de yoga, por exemplo, que é de Geografia e professor de yoga, ele fez uma Eletiva de yoga, tinha um de Filosofia que tava se formando em Psicologia, que fez uma relacionada à Psicologia, os professores de Química e de Ciências fizeram Eletiva sobre ervas medicinais, os alunos ficaram super interessados achando que eles iam falar de maconha e tal [risos] (Clarice, Diretora da EE Anis).

Terminava o ano de 2021, quando foi realizada a maior parte das entrevistas, e educadores relatavam impossibilidades de concretização dos cronogramas de execução do programa nos moldes da Seduc, como exigência de Feirão das Eletivas e culminâncias de projetos, seja por resistência, pelo contexto do ensino remoto na pandemia, seja por simplesmente não haver aulas atribuídas das disciplinas do Inova Educação. Expõe a diretora Nara sobre Feirão das Eletivas: “Imagina, nunca fiz, nunca fiz, falei: ‘Gente, presta atenção’”. E professor Geraldo sobre culminâncias “Não sei o que a gente vai culminar no quê. Às vezes não culmina em nada e precisa de uma parte dois, três, e siga, então sem fechar a coisa, eu fui muito por esse caminho, não deu certo por conta da pandemia, também”. Confrontam-se, assim, o tempo real da escola e a velocidade da reforma almejada pelo governo.

Obviamente, do ponto de vista de membros da Seduc, as escolas do GEPUD não devem ser tidas como exemplares do “modelo pedagógico” do Inova Educação. Mas, parte dos ritos coletivos de decisão e ação destas escolas já eram realizados mesmo sem a existência do programa, sem atender a moldes padronizados, criados de modo centralizado pela Seduc. As escolas já possuíam espaços de discussão sobre

o processo educativo, é o que comprovamos por meio da pesquisa participante, em visitas às escolas, e com depoimentos coletados nas entrevistas.

A partir de uma organização que a gente fazia, que os alunos escreviam as suas expectativas, seus sonhos no papel, a gente fazia um levantamento daquilo e montava as Eletivas (Clarice, Diretora da EE Anis).

Estudando com os professores, coletando a opinião deles, o quê que era possível de acordo com a realidade da formação de cada professor, o que você poderia oferecer caso você fosse lecionar uma dessas disciplinas aqui do Inova, aproveitamos o replanejamento de 2019. [...] Também fizemos, nesse mesmo exercício, com os alunos, só que uma dinâmica um pouco diferenciada com os alunos, cada professor levou o debate pra sala de aula, eles colocaram ali as suas opiniões em relação ao projeto de... Ao seu projeto de vida e às disciplinas eletivas, isso nós fizemos desde o sexto ano do Fundamental II até o terceiro ano do Ensino Médio, o terceiro ano do Ensino Médio com menos ênfase porque eles iam sair da escola, mas eles nos ajudaram na elaboração desse processo. [...] a gestão também escreveu ali o quê que ela achava, qual que era o seu pensamento em relação ao Inova, o que era possível também ser elaborado na escola a partir dos projetos já vigentes, por exemplo, nós tínhamos projetos coletivos de consciência negra dentro da escola, tinha um projeto de meio ambiente, de movimento LGBT, então nós consideramos todos esses projetos (Itamar, Diretor da EE Íris).

Nós temos o hábito de fazer muita coisa junto, coisa coletiva, né? [...] A gente sempre tem uma apresentação, uma atividade coletiva ou um jogo com todas as turmas [...] pode fazer muito mais ou menos, mas todo mundo apresentando, então nós tínhamos esse hábito, a gente usava a aula de Português, de Matemática, de Artes, a gente acabava parando ali um pouco pra organizar o projeto coletivo (Nara, Diretora da EE Rosa).

Se houver espaços previstos para o exercício democrático do poder de decidir com autonomia sobre projetos e ações pedagógicas nas escolas, ou seja, a prática concreta da gestão democrática, o programa Inova Educação não é dispensável?

O estudo sobre políticas educacionais vai além da implementação, o esforço de pesquisa envolve dar valor ao significado de política, com intuito de compreendê-la como um processo diverso e repetidamente contestado e/ou sujeito a diferentes interpretações à medida que é colocado em cena de maneiras originais e criativas no interior das instituições escolares. Assim, admite-se que a política educacional passa por um processo complexamente configurado, contextual e institucionalmente mediado (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 13). A política não se dá deslocadamente do tempo, nas escolas ela é frequentemente alterada, analisada, revista, até mesmo, por vezes, dispensada ou esquecida. Por isso, entender e documentar as inúmeras formas na qual a política é apropriada, ressignificada, colocada em ação nas escolas é um trabalho engenhoso e labiríntico. Diferentemente do que ocorre com um processo “formal” de elaboração e implementação de políticas:

[...] os textos de políticas são tipicamente escritos em relação à melhor de todas as escolas possíveis, escolas que só existem na imaginação febril de políticos, funcionários públicos e conselheiros e em relação a contextos fantásticos. Esses textos não podem simplesmente ser implementados! (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 14).

Elementos de políticas obrigatórias, histórias institucionais e compromissos que interagem nas escolas contribuem para interpretação e tradução próprias por parte dos sujeitos que lá convivem e trabalham. Assim, as complexas inter-relações entre programas e projetos e o amontoamento deles constituem uma mediação da superestrutura e parte do contexto material de interpretação e criam diferentes

possibilidades práticas e restrições para a apropriação da política bem como os quadros de expectativa nos quais se constroem respostas a ela.

Considerações finais

A compreensão e os conhecimentos que acreditamos ter construído forneceram informações sobre especificidades da implantação de políticas educacionais em escolas que possuam distintas formas de participação da comunidade, num contexto de imposições de modelos pedagógicos autoproclamados como inovadores, pelos próprios formuladores: os agentes privados.

A investigação empreendida pretende, assim, contribuir para que a construção de alternativas pedagógicas seja realizada por parte das comunidades de educadores e usuários da escola pública, em espaços de participação política ativa que decida sobre os rumos do processo educativo.

Nosso intento também buscou reforçar que a luta por uma educação popular democrática deve se valer da participação política qualificada, na qual as comunidades de educadores, estudantes e suas famílias se apropriem do conteúdo educacional para formular o projeto político-pedagógico das escolas, de modo a favorecer a apropriação da cultura humano-histórica, o principal objetivo da educação pública.

Do ponto de vista da gestão democrática do ensino, esta consideração sugere atenção para a importância de que espaços e formas de participação das escolas se valham tanto pelos meios formais, como Conselhos de Escola, Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis, como por meios pautados pela educação não formal, como se constituiu com o GEPUD, no qual educadores das escolas e das universidades dialogaram e refletiram conjuntamente sobre os problemas da rede estadual paulista, de modo a manter acesa a centelha da participação popular na construção social da escola pública.

A produção de resistências por parte das comunidades das escolas informa o processo que a classe trabalhadora, embora subalterna, também possui autonomia para se apropriar e construir alternativas, embora tenham contradições na sua própria experiência que se traduzem em consensos com aspectos da ideologia dominante.

O processo de resistência pela autonomia no trabalho pedagógico se deu num ambiente de muitos constrangimentos, tanto gerais que expusemos anteriormente, oriundos das políticas globais do capitalismo, quanto também de ações intimidatórias do movimento “escola sem partido”. A associação de educadores democráticos, da educação básica e superior, no GEPUD, em espaço permanente de formação continuada, reflexão, acolhimento de angústias e produção de conhecimento constituiu uma salutar mediação para a manutenção da luta permanente pela escola pública popular que ousa ensinar para cultivar em terra fértil.

Referências:

ALENCAR, F.; PERRELLA, C. S. S. Resistências pela participação democrática na escola pública: experiências da Rede Estadual Paulista. **Revista de Administração Educacional**, v. 13, p. 77-95, 2022.

ARCARY, V. **Labirinto reacionário: o perigo da derrota histórica**. São Paulo: Usina Editorial, 2022.

BALL, S.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

- BARBOSA, A.; JACOMINI, M. A.; FERNANDES, M. J. S.; SANTOS, J. B. S.; NASCIMENTO, A. P. S. Relações e condições de trabalho dos professores paulistas (1995-2018). **Cadernos de Pesquisa**. 2020, v. 50, n. 177, p. 790-812.
- CURSO “CONSTRUINDO PROPOSTA CURRICULAR PARA O INOVA EDUCAÇÃO”, 2021. Disponível em <phpu.unifesp.br...> Acesso em 14 ago. 2021
- EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **Pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- FRIGOTTO, G. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, p. 228-248, 2015.
- GEPUD – GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA. **Síntese do Seminário “Escola autônoma e democrática: isso inova”**. São Paulo, 2019a. Disponível em <gepud.com.br/projeto_extensao.html> acesso em 15 mai. 2019.
- GEPUD – GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA. **Proposta do GEPUD para o Inova Educação**. São Paulo, 2019b. Disponível em <gepud.com.br/projeto_extensao.html> acesso em 15 mai. 2019.
- GIROTTI, E. D.; CÁSSIO, F. A desigualdade é a meta: Implicações socioespaciais do Programa Ensino Integral na cidade de São Paulo. **Education Policy Analysis Archives**. 26. 109, 2018.
- GRAMSCI, A. **Cartas do Cárcere (1926-1930)**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci, a cura di Valetino Gerratana. Torino: Einaudi, 2014, 4 volumi.
- GRAMSCI, A. **Quaderno del carcere n. 12**. Introduzione e cura di Chiara Meta. Roma: Edizione Conoscenza, 2018.
- JACOMINI, M. A.; PERRELLA, C. S. S.; PENNA, M. G. O.; BELLO, I. M. Democracia na escola: possibilidades e desafios. **Educere – Revista da Educação**, v. 19, n. 1, p. 195-219, jan./jun. 2019.
- META, C. Escola. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 245-248.
- META, C. **Il soggetto e l’educazione in Gramsci**: formazione dell’uomo e teoria della personalità. Roma: Bordeaux, 2019.
- PARO, V. H. **Educação como exercício de poder**. Crítica ao senso comum em educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- TODOROV, T. **Os inimigos da democracia**. Lisboa: Edições 70, 2017.
- WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- XIMENES, S. B. Contra quem os estudantes lutam? As ocupações secundaristas no epicentro das disputas sobre a escola pública. In: MEDEIROS, J.; JANUÁRIO, A.; MELO, R.(orgs). **Ocupar e resistir**: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo Ed. 34/Fapesp, p. 53-74, 2019.

Notas

1 Este artigo foi produzido a partir da Dissertação de Mestrado de Felipe Alencar, defendida em março de 2023, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), com o título: *Escola pública entre ditames e resistências: Inova Educação na Rede Estadual Paulista*.

2 Mestre em Educação (USP). Pedagogo da Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador da Rede Escola Pública e Universidade (REPU), do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Gestão Escolar (Unifesp) e do Grupo de Pesquisa em Trabalho e Educação (USP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8382339312873192>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2011-8941>. E-mail: alencar.felipe@ufabc.edu.br.

³ Graduado em Matemática e Pedagogia (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarulhos). Diretor de Escola da Rede Estadual de São Paulo. Membro do Grupo Escola Pública e Democracia. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7759905363655776>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1661-570X>. E-mail: isaac52moutinho@gmail.com.

⁴ Doutora em Educação (USP). Professora da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Gestão Escolar (Unifesp) e pesquisadora da Rede Escola Pública e Universidade (REPU). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4864013782006939>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2936-3174>. E-mail: [jacominimarcia@gmail.com](mailto:jacominiarcia@gmail.com).

⁵ Denominamos golpe de 2016 o processo iniciado em 2014 por uma série de manifestações convocadas por movimentos vinculados à extrema direita, com visibilidade midiática, que apoiavam cortes de recursos nas políticas sociais e defendiam a intervenção militar, cuja prevalência consistia no ódio ao Congresso Nacional do Brasil e o apoio à operação Lava Jato. O conteúdo reacionário e antipetista culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), processo ocorrido entre 2 dez. 2015 e 31 de ago. 2016, que, após votação no Congresso Nacional, teve seu mandato impedido e foi substituída pelo vice-presidente Michel Temer (MDB), cuja gestão foi marcada por contrarreformas antipopulares e de diminuição da atuação estatal na política social. Para um registro acurado deste processo, consultar a obra *Labirinto reacionário: o perigo da derrota histórica* de Valério Arcary (2022).

⁶ Informações sobre o GEPUD estão disponíveis em gepud.com.br. Acesso em 15 out. 2021.

⁷ Tomou-se cuidado em relação a procedimentos de ética em pesquisa, com termos de anuência das escolas e autorização para gravação das entrevistas. Projeto aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa: nº 45796621.1.0000.5421.

⁸ As obras debatidas pelo grupo são: *Democracia contra o capitalismo* (WOOD, 2004), *Os inimigos da democracia* (TODOROV, 2017), *Educação como exercício do poder* (PARO, 2014).

⁹ Professores em situação funcional denominada Ocupante de Função-Atividade (OFA) em regime de contratos temporários, portanto, sem ingresso via concurso público e sem estabilidade, que atuam como eventuais e recebem menor remuneração do que professores efetivos. A admissão destes professores temporários assume tendência de crescimento na rede estadual paulista, como revela estudo abrangente realizado por Barbosa; Jacomini; Fernandes; Santos e Nascimento (2020).

¹⁰ Por se tratar de uma das escolas do estudo de caso e para cumprimento de princípios de ética em pesquisa, o nome da escola onde foi realizado o evento foi omitido do cartaz sem prejuízo estético.

¹¹ Optamos por omitir seus nomes em função de critérios de ética, por serem sujeitos da pesquisa, evitando sua identificação.

¹² Nome fictício atribuído por se tratar de um dos sujeitos da pesquisa participante.

Recebido em: 03 de jun. 2023

Aprovado em: 07 de ago. 2023